

Fábricas de doces coloniais de Pelotas (RS): entender o espaço para preservar seu patrimônio

*Roberta Mecking Arante Santos**
*Margarete Regina Freitas Gonçalves***

Resumo

Este artigo é oriundo de uma proposta de dissertação que procura analisar tipologicamente os espaços de produção do doce na zona rural de Pelotas, RS. No presente trabalho pretende-se, a partir de uma abordagem teórica, debater mais especificamente a questão das fábricas de doces pelotenses. Parte-se de um breve relato a respeito da luta do patrimônio industrial, especialmente o rural, para ser reconhecido e de que maneira busca hoje sua aceitação. Deseja-se demonstrar o valor cultural desses lugares, a relação que as unidades fabris podem ter com a paisagem e com a própria população e a contribuição da arquitetura, aqui representada pelos edifícios que abrigam a produção doceira. Visa-se, também, fomentar trabalhos análogos para outros ramos do estudo acerca dos espaços de produção. Para tal, utiliza-se bibliografia que trata tanto do patrimônio industrial quanto do patrimônio rural. O autor Milton Santos é a base bibliográfica para a compreensão do conceito de “espaço” e a relação deste com o contexto analisado. As análises resultantes apontam para a importância da preservação destes testemunhos materiais, e conseqüentemente, para a necessidade em se repensar esses edifícios e seus usos para dar nova vida àqueles que hoje se encontram desativados. Produz-se instrumento capaz de elucidar a pertinência do estudo dos espaços de produção do doce, o patrimônio material, para que se possa ampliar o conhecimento a respeito do já reconhecido patrimônio imaterial, o saber acerca do doce pelotense.

Palavras-chave: Patrimônio rural. Espaço. Arquitetura. Patrimônio industrial. Fábrica de doces.

Introdução

A cidade de Pelotas, situada ao extremo sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, é reconhecida atualmente como Capital Nacional do Doce e realiza desde 1986 a FENADOCE (Feira Nacional do Doce) que traz à cidade milhares de visitantes (Fig.1). Mas não é apenas no período da feira que o doce, e os saberes que o tornam patrimônio cultural imaterial, fazem parte da vida da população deste município.

Figura 1: Centro de Eventos na XII FENADOCE



Fotografia de Vinicius Costa

A identificação dos pelotenses com este bem se dá através das feiras livres, das confeitarias e restaurantes que se encontram na cidade e das fábricas de doces, de diferentes portes, implantadas em zona rural. Estas últimas constituem o foco deste estudo por acreditar-se que possuem maior fragilidade no que diz respeito a um olhar mais atencioso para salvaguardá-las. Isso ocorre em virtude do espaço em que está inserida e do tipo de patrimônio que foi tardiamente reconhecido, o industrial.

Para que se possa compreender a dimensão simbólica dos espaços de produção do doce que serão abordados se faz necessária a

contextualização destes, espacial e temporal, assim como a apresentação dos fatores que impõem limites a sua preservação e valorização como suporte de memória. Ainda, para que se possa compreender a necessidade de preservação destas unidades fabris é preciso apontar as relações desenvolvidas entre o espaço, a arquitetura, e o indivíduo. Com esta finalidade, foram utilizadas as teorias de Milton Santos para entendimento de como a categoria “espaço” pode auxiliar na justificativa de sua preservação.

Por fim, o presente trabalho procura encaminhar algumas etapas importantes para a salvaguarda destes edifícios, com o objetivo de apontar a importância da investigação destes como meio de instrumentalizar políticas públicas que tratem de preservá-los.

O universo rural, durante muito tempo, foi tido como atrasado. Sabe-se que a ideia que se faz dele não corresponde à sua realidade, sua ontologia, e sim às suas representações que não caracterizavam a zona rural como portadora de uma cultura que comporia o quadro da cultura de uma nação, já que era tida apenas como região subdesenvolvida, território a ser modernizado e área de futura expansão da cidade. Os “desenvolvidos” seriam aqueles que seguissem o modelo imposto pelos centros urbanizados, que funcionariam como a alavanca do progresso das regiões menos dinâmicas. Segundo Carvalho (2003, p. 175), “as teses ruralistas do Estado Novo limitaram-se muitas vezes a realçar o bucolismo saudoso e tradicional dos modos simples de viver de uma população submissa e pouco instruída”.

Isso se deve, em parte, ao fato de que formamos as nossas representações através das histórias que ouvimos, pelo conhecimento que nos é transmitido acerca do referido tema. Enquanto a noção do que é o urbano já é objeto de estudo há muito tempo, a ideia do que é o rural é retratada há pouco tempo, através de conceitos elaborados, na maioria das vezes, por indivíduos urbanos.

Este descaso também é notado quando se trata de outra espécie de patrimônio, que também pode ser encontrado em áreas não-urbanizadas, o patrimônio industrial. Assim como os debates que

dão importância ao patrimônio rural, podemos dizer que os estudos focados no patrimônio industrial, se comparados a outras formas de expressão cultural, também são muito recentes. A preocupação em preservar seus remanescentes caminha com as transformações que ocorrem na concepção do que se entende por cultura e bens patrimoniais. Suas características estéticas sofreram, e ainda sofrem, preconceitos daqueles que, por muito tempo, enxergavam que apenas os casarões ecléticos ligados a grandes nomes, as igrejas barrocas e os monumentos aos heróis eram passíveis de um olhar mais atento. Sobre isso, Kuhl (2009, pg. 55) comenta:

Considera que existe maior dificuldade em respeitar os edifícios industriais do que outros monumentos históricos pela falta de sensibilidade em relação ao objeto, que é considerado mero recipiente, por seus espaços livres e versáteis; quando são transformados para novos usos, transcuram-se amiúde suas especificidades.

Segundo Kuhl (2009), a falta de valorização dos elementos que compõem um patrimônio industrial, encontrados em um espaço rural, apresentam-se agravados. Este é o caso das fábricas de doces de Pelotas, localizadas em sua maioria na zona rural, cujo produto, o doce, é considerado patrimônio cultural do RS, e os estudos acerca de sua manifestação cultural tiveram início há pouco tempo. Isso se deve à tardia ampliação da noção conceitual de patrimônio.

Em um primeiro momento, os discursos acerca de patrimônio visavam apenas proteger os grandes monumentos que estavam atrelados à ideia de “tesouro nacional”, para que se reforçasse a identificação dos cidadãos com bens que seriam representativos de uma nação, servindo de testemunho para uma versão oficial sobre sua história (FONSECA, 2005, p.59). Porém, atualmente vigora uma nova leitura do que é um bem patrimonial que reflete uma longa trajetória de discussões sobre o entendimento e as estratégias de preservação deste. Pode-se dizer que um dos fatores preponderantes para que isso ocorresse foi o reconhecimento da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) dos bens

imateriais. A UNESCO reconhece como patrimônio imaterial as tradições, o folclore, os saberes, as técnicas, línguas, entre tantas outras manifestações (GIMENES, 2006).

Em 4 de agosto de 2000 é assinado o decreto 3.551 que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial. Este definiu como forma de protegê-los o registro em livros temáticos do IPHAN: Livro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. No âmbito do Livro dos Saberes nota-se o reconhecimento da gastronomia como bem cultural, no qual estão registrados, por exemplo, o “ofício das baianas de acarajé” e o “modo artesanal de fazer queijo minas” (IPHAN, 2000). O que demonstra o atual interesse de diversas áreas do conhecimento no tema alimentação, por este apresentar interfaces variadas.

O ato de se alimentar não é apenas biológico. Ajuda a identificar os costumes, a vivência do indivíduo. Segundo Cavignac e Dantas (2005, p. 63), “a decodificação dos sistemas alimentares auxilia na leitura das culturas humanas e na busca das suas lógicas, pois a alimentação informa, sobre a maneira como os homens cultivam, escolhem, preparam seus alimentos”.

A tradição doceira em Pelotas

Em Pelotas, acredita-se que a herança cultural também possa ser lida através dos modos alimentares. Desde a tradição proveniente da indústria do charque até a cultura que engloba a arte doceira.

As charqueadas eram onde se desenvolvia a atividade econômica que propiciou ao município seu apogeu. Os charqueadores, com seu alto poder aquisitivo, ansiavam por padrões culturais europeus de refinamento e em seus saraus consumiam os doces finos originários da culinária portuguesa, configurando, assim, o início de uma tradição doceira. Ambas tradições (do charque ou do açúcar) explicam-se mutuamente já que era através da venda do charque que se obtinha o açúcar nordestino (JÚNIOR; LODY; MAGALHÃES; MEDEIROS, 2003, p.25).

Os saberes que dizem respeito à feitura dos doces são correlatos a diferentes culturas de diversas etnias que se fazem presentes em

Pelotas. Inicialmente, na época em que as charqueadas alavancaram a economia pelotense, os chamados “doços finos”, cuja origem como já foi dito anteriormente, remete aos portugueses, simbolizavam o desenvolvimento e a opulência da cidade que recebia a alcunha de Princesa do Sul. Esta herança portuguesa foi sendo adaptada pelas mãos e ingredientes das mucamas, vindas da África ou da Bahia, indicando uma contribuição muito importante dos negros nesta cultura (BETEMPS, 2007).

Mais tarde, com a derrocada do charque, na segunda metade do século XIX, que repercutiu no arrendamento de propriedades dos charqueadores em lotes coloniais, chegam a este território, mais especificamente na zona rural, imigrantes alemães, italianos, pomeranos e franceses. Estes, através do cultivo de árvores frutíferas e pelos costumes que trouxeram de seus países de origem, agregaram mais saberes à cultura do doce, que já tinha seu reconhecimento, mas que até o momento era intrínseca à sociedade em seu âmbito urbano. Eles produziam, e ainda produzem, os chamados “doços coloniais”, entre eles os doces em passas, cristalizados, em compotas (MAGALHÃES, 1993).

No início da colonização desenvolveram-se atividades relacionadas à produção de vinhos, doces em pasta e conservas que eram atreladas às propriedades dando um caráter diversificado a este território (CARUSO, 2008, p. 15). Atualmente, muitas das agroindústrias que se estabeleceram em Pelotas no período pós-charque não estão mais em atividade (Fig.2), devido à política do Estado, que priorizava e incentivava o desenvolvimento das grandes indústrias conserveiras. Somam-se a isso as restrições referentes às novas legislações sanitárias que contribuíram para empobrecer ainda mais o cenário dos locais de produção do doce conhecido como “colonial” (CARUSO, 2008, p.18).

Figura 2: Red Indian S. A.: Agroindústria implantada na Vila Cordeiro de Farias (5º Distrito de Pelotas) e que hoje se encontra desativada.



Fotografia de Roberta Santos

A tradição doceira ainda é muito forte no município. Hoje, apesar de o número de empresas que produzem doces em Pelotas ser difícil de ser precisado, existem dados do Sindicato da Indústria de Doces e conservas Alimentícias de Pelotas que apontam que a fabricação de doces caseiros é a principal atividade de cinco mil famílias de agricultores e há dezesseis indústrias de conservas em atividade na região, dentre estas, dez estão em Pelotas (DUARTE, 2008, p.81).

Em se tratando especificamente das unidades de produção do doce colonial, ocorre que, por conta dos fatores mencionados anteriormente, no que se refere à dificuldade em aceitar o patrimônio industrial, principalmente em território rural e pela quebra das agroindústrias na década de 1980/1990, o que se percebe é o abandono de diversas fábricas de doces. Sua estrutura física não recebe mais os cuidados necessários, seu maquinário fica exposto a intempéries e, aos poucos, parte da história deste patrimônio imaterial vai sendo apagada pela perda de importantes vestígios materiais que servem de suporte para a memória da comunidade.

Em contrapartida, notam-se esforços para que se preserve esta cultura. Como exemplos citam-se os projetos Polo de Doces⁵ e a Indicação Geográfica⁶, que visam fortalecer esta atividade econômica, e trabalhos acadêmicos que ajudam a ampliar o conhecimento sobre esta expressão cultural, tais como o Inventário Nacional de Referências Culturais- Produção de doces tradicionais pelotenses, que visa “registrar o modo de fazer os doces pelotenses como patrimônio imaterial nacional” (RIETH; SILVA, 2007).

Desta forma, o patrimônio industrial ganha maior visibilidade por consequência de um processo lento, mas que já aponta alguns caminhos para sua salvaguarda, não só dos edifícios que o constituem como também de seus espaços.

Conhecer o espaço para preservá-lo

Para que se possa compreender a real necessidade de conservação destes espaços é importante que se faça uma discussão inicial do que se entende por “espaço”, através do estudo da teoria de Milton Santos sobre esta categoria.

Primeiramente, há de se distinguir as diferentes escalas na compreensão da mencionada categoria. Espaço não possui o mesmo significado de paisagem. Esta última é constituída pelas formas materializadas. O primeiro engloba este universo material da paisagem e a ela somam-se os sistemas de ações. Entre essas ações existem as relações de poder sobre esse espaço, delimitando-o em um território. E, quando se diminui a escala, utilizando-se a expressão “local”, estamos nos referindo mais especificamente aos laços identitários que o indivíduo possui com o lugar, que são formados a partir de suportes materiais que compõem a já mencionada paisagem (SANTOS, 1996).

Na vasta gama de tipos de suportes materiais está compreendido o espaço construído. Este acaba por fundamentar a nossa noção de espaço e, a partir do momento em que ele vai se tornando mais dinâmico pelas atividades humanas e pelas ações, “essa noção vai se tornando

cada vez mais precisa” (AZEVEDO, 1990, p.10). Nesse sentido, entende-se que esse espaço construído não pode ser compreendido sem que se perceba a sua imaterialidade. Na construção do espaço, as diversas formas de fazer, criar e saber, condicionam esses objetos materiais que as sustentam e por eles também são condicionadas.

Os espaços da produção do doce colonial de Pelotas possuem seus marcos de orientação, entre eles as unidades fabris. Estas ajudam a construir o cenário onde a vida dos trabalhadores dessas fábricas acontece. Elas são os chamados “objetos” que configuram o espaço através das relações estabelecidas com a população local (SANTOS, 1996, p.60). Estes objetos, por si só, não têm a capacidade de criar uma identidade e, sim, a forma como os indivíduos se apropriam deles e como são condicionados por eles. É através destas relações entre os indivíduos, suas ações e os objetos que podemos justificar a importância de preservar os bens materiais que dão suporte a uma memória coletiva.

Fatores que justificam a necessidade de preservar

Ao se preservar os locais de produção em sua materialidade contribui-se para a salvaguarda de uma cultura popular que é intrínseca a estes fazeres que lhes são correspondentes. Isto fica claro através de Santos (1996, p.262) “a cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade através da mudança”.

Esta chamada cultura popular distingui-se da cultura de massas por esse sentimento de pertencimento ao lugar, os habitantes tomam as características deste como parte integrante da formação de sua identidade.

No caso que se analisa, os espaços da produção doceira, existe uma interação muito peculiar, pois estes complexos abrigam, muitas vezes, tanto os edifícios responsáveis pela produção quanto as próprias habitações destes trabalhadores, constituindo um sistema

industrial familiar (Figura 3). Mesmo em uma época como a em que vivemos, onde as pessoas necessitam mudarem-se constantemente, por vezes até dentro da própria cidade, a noção de residência e local de trabalho ainda são por demais significativas. Pode-se morar por menos tempo em um lugar ou trabalhar em curto período em um determinado ambiente, mas estes fornecem elementos que ajudarão a desenvolver os quadros de vida de formação do homem.

Figura 3: Fábrica "Doços Crochemore", localidade Vila Nova (□ Distrito de Pelotas): à esquerda situa-se a unidade fabril e à direita residências de familiares do proprietário que trabalham na fábrica.



Fotografia de Vinicius Costa

Particularmente, nos edifícios destinados à produção do doce, mesmo nos que já se encontram desativados, existem indícios que podem nos remeter às técnicas utilizadas em diferentes períodos e estas podem auxiliar na construção da história tanto daquele lugar quanto, de uma forma mais ampla, da própria cultura do município. As técnicas são importantes para a explicação de uma sociedade, são elas que estruturam o lugar (SANTOS, 1996, p.38-48).

Porém, cabe ressaltar que a técnica em si não deve ser responsabilizada pelo “envelhecimento do patrimônio”. O patrimônio acaba por sofrer as consequências de modelos políticos que primam pela competitividade, acelerando as mudanças e tornando os ambientes que abrigam determinadas funções técnicas rapidamente obsoletos.

No que tange ao patrimônio industrial com implantação em território rural, a urgência de se preservar é maior, pois as mudanças anteriormente referidas não englobam estes bens, que acabam por sofrer os desgastes do tempo, permanecendo isolados e fora do raio de abrangência do que o mercado entende por “espaços úteis”.

Há de se preservar estes testemunhos materiais de história, agregando, assim, mais valor ao lugar em que se está inserido, o que conduzirá a uma melhora na qualidade de vida da população. O vínculo existente entre qualidade de vida e qualidade do espaço geográfico fica evidente não só na vivência direta do homem, como também nos benefícios alcançados através de uma paisagem em equilíbrio (CARVALHO, 2003, p.192).

Como preservar

Para que se possa alcançar o equilíbrio da paisagem é necessário que os edifícios aqui tratados estejam inseridos no novo contexto econômico em que vivemos e que seus usos se adaptem às constantes mudanças que ele sofre cada vez mais rapidamente. Desta forma, poderá estar instrumentalizado para atrair atividades competitivas.

A respeito de competitividade pode-se dizer que o território se expressa por meio desta em diversas esferas, como na esfera social, promovendo intensos movimentos nas relações socioculturais e na economia, em que visa qualificar as economias locais. A fim de se tornarem competitivos, os lugares utilizam-se de recursos materiais e imateriais, que buscam ressaltar as características próprias do local usando a imagem deste como imã na procura por consumidores (SANTOS, 1996).

As antigas fábricas, em geral, por não conseguirem mais corresponder ao novo meio técnico, acabam sendo abandonadas, acarretando uma destruição imagética do lugar que conduz a uma desvalorização imobiliária. Sendo assim, a adaptação destes prédios, funcional e muitas vezes formal, feita de maneira coerente e de acordo com legislações específicas que visem à conservação deste patrimônio, acabam sendo as principais medidas para que se assegure a vida das unidades fabris (TICCIH, 2003). Esta adaptação pode ter aspectos facilitadores encontrados na própria arquitetura dos edifícios, visto que a arquitetura não é apenas um reflexo da sociedade e do que ela produz, pois ela também a condiciona (LLOPART, 1998, p.37).

Segundo Choay (2000) por terem uma estrutura sólida, sóbria e de fácil manutenção, os prédios fabris adaptam-se facilmente às normas atuais e possuem uma pluralidade de usos, tanto públicos quanto privados.

Com a finalidade de dar o uso correto e para que se possam fazer as alterações cabíveis nestas fábricas, são necessários estudos que ajudarão a compreender seu contexto territorial e sociocultural. Como afirma Kühl (2009, p.40):

Deve ser feito um estudo da distribuição no espaço das edificações, um levantamento métrico-arquitetônico de cada uma delas, exame e documentação de vestígios materiais ligados à produção e um extenso registro fotográfico. É preciso também aprofundar os estudos histórico-documental e iconográfico, através de fontes escritas ou gráficas, e análises de testemunhos orais etc., que se refiram aos edifícios, à produção e ao trabalho.

O que se pretende não é defender que se conservem os remanescentes da arquitetura da industrialização de forma integral e, sim, indicar que o seu estudo, feito de modo mais criterioso, pode apontar traços característicos das edificações, ainda negligenciados, que podem, e devem, servir de subsídio para as intervenções futuras, muitas vezes necessárias para garantir sua vida funcional.

A nova construção não só se aproxima fisicamente da que já está ali, formando com ela uma linguagem visual e espacial, mas também repercute em uma nova interpretação do material histórico com a qual ela tem que dialogar (RUBIÓ, 2006, p.259).

Estes levantamentos e a análise deles através da elaboração de tipologias industriais devem permitir conhecer a amplitude do significado que estas unidades têm para o território e para a população. E se estes inventários forem realizados antes do fechamento das fábricas e do abandono de determinadas técnicas, muito mais informação poderá ser obtida (TICCIH, 2003).

Considerações finais

Com tudo que foi exposto, pode-se dizer que, apesar da mudança gradativa que ocorre de percepção do que é entendido como patrimônio, existem ainda barreiras a serem transpostas. Sobretudo no que diz respeito ao patrimônio industrial sito em zona rural. É preciso que a cultura que envolve este patrimônio seja efetivamente reconhecida como componente do conjunto dos grupos participantes do processo de construção da cultura brasileira.

O estudo demonstrou, ainda, através da compreensão do que foi apresentado sobre o conceito de espaço de Milton Santos, a importância desta categoria analítica para a compreensão da sociedade e para que se possam promover ações preservacionistas que garantam o equilíbrio da paisagem.

Sendo assim, conclui-se que há a necessidade de um olhar investigativo sobre as unidades de produção doceira de Pelotas com a finalidade de se ampliar a informação a respeito desses lugares. Estudo que deve embasar políticas de preservação que garantam a adaptação coerente desses edifícios para lhes assegurar a sobrevivência à medida que se percebe que o patrimônio industrial pode sim ser pensado como um suporte na construção da memória social.

Notas

* Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2008), aluna do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (RS), com pesquisa na linha Espaço, Território e Paisagem.

** Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (RS).

Referências

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

BETEMPS, Leandro. **A tradição francesa do doce em Pelotas**. Diário Popular, Pelotas, 14 Jul. 2007. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/14_07_07/artigo.html. Acesso em: 29 jul. 2009.

CARUSO, Cíntia de O. **A agroindústria familiar no extremo sul gaúcho: limites e possibilidades de uma estratégia de reprodução social**. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

CARVALHO, Paulo. Patrimônio e (re) descoberta dos territórios rurais. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 173-196, jul./dez. 2003.

CAVIGNAC, Julie Antoinette; DANTAS, Maria Isabel. Sistema Alimentar e patrimônio Imaterial: o Chouriço no Seridó. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.8, n.2, p. 63-78, jul./dez. 2005.

DUARTE, Veridiana de Vasconcelos. **FENADOCE: Representação cultural através da preservação da cultura popular pela mídia**. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Área de concentração em Produção e Recepção de Mídia, Universidade de Marília, Marília, 2008.

IPHAN (2000). Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>. Acesso em: 05 nov. 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

GIMENES, Maria Enriqueta S. G. Patrimônio Gastronômico, Patrimônio Turístico: Uma reflexão introdutória sobre a valorização das comidas tradicionais pelo IPHAN e a atividade turística no Brasil. In: **Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, 4, 2006, Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2006.

JÚNIOR, Arthur Bosísio; LODY, Raul G. da Motta; MAGALHÃES, Mário Osório; MEDEIROS, Humberto. **A Doçaria Tradicional Pelotense**. Rio de Janeiro/RJ: SENAC Nacional, 2003.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. Problemas Teóricos de Restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

LLOPART, Blanca Sala I. La arquitectura como objeto de estudio antropológico: un discurso social. In: THORNBERG, Josep. **Impacto físico, social y cultural de La arquitectura**. Khora 2. Barcelona: Edicions UPC, 1998.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EDUFPel: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

RIETH, Flavia; SILVA, Tiago. Tradição, doces coloniais e região doceira: Reivindicações das localidades de Açoita Cavallo e Santo Amor sobre a autenticidade dos modos de fazer os doces de Pelotas. In: **Congresso de iniciação científica da UFPEL**, 16, 2007, Pelotas. Anais..., Pelotas, 2007.

RUBIÓ, Ignasi de Solá-Morales. Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica. In: NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995. 2 ed. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**. Julho, 2003.

Abstract

This article comes from a dissertation proposal that seeks to analyze typologically the spaces of the candy production in the rural area of Pelotas, RS, Brazil. The present work intends, from a theoretical approach, to discuss specifically the issue of the pelotense candy factories. It starts with a brief story about the struggle of the industrial heritage, specially the rural, to be acknowledged and how to achieve, nowadays, its own acceptance. Similarly, this paper wants to show the cultural value of these places, the relationship that the plant units may have with the landscape and with the population, and the architecture contribution, here represented by the buildings housing the confectionery production. Moreover, it also aims to foment similar works for other branches of study about spaces of production. Thus, it uses bibliography which deals with both the industrial heritage and the rural heritage. The author Milton Santos is the bibliographic basis for understanding the concept of "space" and its relation to the analyzed context. Test results show the importance of preservation of material evidence and therefore the need to rethink these buildings and their uses to give new life to those who today are deactivated. It produces an instrument capable of elucidating the relevance of the study of the spaces of the confectionery production, heritage material, so that it can increase the knowledge of the already recognized intangible heritage, the know about the pelotense candy.

Keywords: Rural heritage. Space. Architecture. Industrial heritage. Candy factories.